

Ano 18, Vol. XVIII, Núm.2, jul-dez, 2025, pág. 336-355.

“SANTO ANTÔNIO, PADROEIRO”: FÉ, IDENTIDADE E MEMÓRIAS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX EM BAIÃO-PA

“SAINT ANTHONY, THE PATRON SAINT”: FAITH, IDENTITY, AND MEMORIES BETWEEN THE 18TH AND 20TH CENTURIES IN BAIÃO, PARÁ

Iná Camila Ramos Favacho de Miranda¹

Cesar Martins de Souza²

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar as manifestações de fé e religiosidade dedicadas a Santo Antônio de Pádua na cidade de Baião, Estado do Pará, e sua relevância para a construção da identidade local e da memória coletiva. Nesse sentido, o estudo busca compreender como os elementos materiais e imateriais associados à devoção ao Santo se transformaram ao longo do tempo, consolidando-se como um patrimônio cultural da região. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental. Os documentos analisados incluem fontes primárias, como periódicos do século XIX disponíveis na hemeroteca digital do Arquivo Nacional, cartas de sesmaria e correspondências do Arquivo Público do Estado do Pará. Os resultados demonstram que a devoção a Santo Antônio em Baião está profundamente enraizada na história e cultura local, sendo um elemento de resistência frente às transformações sociais e econômicas da região, indo além do aspecto litúrgico, funcionando como um meio de congregação social e transmissão de saberes tradicionais diante dos desafios impostos pelo avanço do agronegócio e da globalização.

Palavras-chave: Patrimônio; Período colonial; Sesmaria; Igreja; Império.

ABSTRACT

This article aims to analyze the manifestations of faith and religiosity dedicated to Saint Anthony of Padua in the city of Baião, State of Pará, and their relevance for the construction of local identity and collective memory. In this sense, the study seeks to understand how the elements and immaterialities associated with devotion to the Saint have transformed over time, consolidating themselves as a cultural heritage of the region. To this end, we adopted a qualitative approach, based on documentary analysis. The documents studied include primary sources, such as 19th-century newspapers available in the digital newspaper library of the National Archives, land grant letters and correspondence from the Public Archives of the State of Pará. The results demonstrate that devotion to Saint Anthony in Baião is deeply rooted in local history and culture, and is an element of resistance in the face of social and economic transformations in the region, going beyond the liturgical aspect, functioning as a means of social congregation and transmission of traditional knowledge in the face of the challenges imposed by the advance of agribusiness and globalization.

Keywords: Heritage; Colonial period; Sesmaria; Church; Empire;

INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Ciências Econômicas Aplicadas (UFPA). Doutoranda em Agriculturas Amazônicas (UFPA). E-mail: camilafavacho@yahoo.com.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0012-0585>.

² Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cesar@ufpa.br. País: Brasil.

A Amazônia, com sua imensa diversidade cultural, ambiental e histórica, oferece um campo vasto para reflexões sobre patrimônio, memória e religiosidade. Esses elementos não apenas coexistem, mas se entrelaçam em processos dinâmicos de construção de identidade e resistência cultural.

Tais circunstâncias possibilitam ao campo da História emergir como uma forma de deslocar o enfoque tradicional dos museus para uma abordagem participativa e comunitária. De acordo com Mario Chagas (2009), o olhar sobre documentos e espaços de museu, como o que trabalhamos neste artigo, constitui uma prática social, ressignificando a relação entre os bens culturais e as populações que os produzem. Na Amazônia, essa prática permite dar visibilidade às vozes marginalizadas nos discursos patrimoniais oficiais.

Vale mencionar, por sua vez, que o patrimônio transcende o sentido material para incorporar dimensões imateriais, como saberes, práticas e experiências cotidianas. Pierre Nora (1989) contribui para esse debate ao introduzir a noção de "lugares de memória", espaços onde a memória coletiva se cristaliza e se preserva. No contexto amazônico, tais lugares podem ser identificados em territórios sagrados, celebrações religiosas e narrativas orais que perpetuam saberes ancestrais. O reconhecimento desses elementos como patrimônio cultural consiste em ato político de resistência frente à homogeneização cultural imposta por processos de globalização e exploração ambiental.

Nesse cenário, a memória desempenha papel fundamental como meio de articulação entre o passado e o presente. Halbwachs (1990) destaca que a memória coletiva é sempre reconstruída em função das demandas do presente. Na Amazônia, manifestações culturais religiosas, como o Círio de Santo Antônio de Pádua na cidade de Baião, no Baixo-Tocantins, e as festividades em honra a santos locais, constituem exemplos pulsantes de como as comunidades reinterpretam suas tradições em resposta a desafios contemporâneos. Essas práticas não apenas reafirmam identidades culturais, mas também criam espaços de negociação e resistência.

Essa religiosidade amazônica, marcada pela confluência entre o catolicismo popular, as religiões afro-brasileiras e as práticas espirituais indígenas, reflete a complexidade e a riqueza cultural da região. Mary Del Priore (2005) argumenta que a religiosidade popular é uma dimensão essencial para compreender as dinâmicas sociais e culturais no Brasil. Na Amazônia, as experiências religiosas são indissociáveis dos

elementos naturais, como rios e florestas, que são vistos não apenas como recursos, mas como entes dotados de espiritualidade.

Em síntese, sob a perspectiva dos conceitos aqui mencionados, propõe-se verificar os elementos que integram as expressões de fé e de religiosidade dirigidas à Santo Antônio de Pádua na cidade de Baião, de forma a possibilitar a construção de uma prática que permita a salvaguarda de seu acervo material e imaterial, valorizando histórias, discursos, experiências comunitárias e memórias não hegemônicas.

Para tanto, este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental, com o objetivo de investigar os ritos e tradições relacionados a devoção ao padroeiro baionense, justificando-se, tal escolha, pela necessidade de compreender em profundidade os significados culturais, sociais e históricos vinculados às manifestações religiosas, bem como os elementos tangíveis e intangíveis que compõem o evento (MINAYO, 2001).

A análise documental constitui uma etapa central da pesquisa, permitindo a investigação das origens, transformações e aspectos devocionais simbólicos ao longo do tempo. De acordo com Cellard (2008), a análise de documentos históricos possibilita a compreensão das práticas culturais e sociais em seu contexto original, considerando os documentos como construções sociais representativas de uma época. Os documentos utilizados baseiam-se em fontes primárias extraídas de periódicos do século XIX disponíveis na hemeroteca digital do Arquivo Nacional, além de cartas de sesmaria e correspondências de diversos com o governo, localizadas no Arquivo Público do Estado do Pará. A seleção desses materiais foi pautada pelos seguintes critérios: relevância para o tema, autenticidade e acessibilidade.

O INICIO DA DEVOÇÃO

O município de Baião localiza-se hoje na região do Baixo-Tocantins, no Estado do Pará. Ao que tudo indica, a origem do referido município está vinculada à uma sesmaria doada à uma pessoa chamada Antônio Baião em 1694, porém, desconhecendo-se o registro de tal documento. Mesmo assim, foi possível localizar a doação de uma

sesmaria, no ano de 1713, em nome de Antônio Baião Louzada³, então morador na Capitania do Camutá, cujo teor é o seguinte:

“Christovao da Costa Freire, senhor de Pancas do Conselho de Sua Majestade Governador e Capitão General do Estado do Maranhão sendo responsável ao que por sua petição lhe enviou dizer o dito Antônio Baião Lousada, morador na Capitania do Camutá, que ele está lavrando e cultivando umas terras há anos que se acham devolutas, fronteiras a dita Capitania que terão légua e meia começando da boca do Rio Guajaráu correndo para cima a mão esquerda até o igarapé do Guajarapanema por ter escravos bastantes para que as povoar de que pagava dízimos e por que delas não tem impedimento algum, pedia lhe concedesse em nome de sua Majestade, por carta de data, legua e meia para a poder confirmar o dito. E atendendo ao dito Governador as razões que alega e ao que respondeu o Provedor da Fazenda Real e ser em utilidade dela cultivarem-se naquele estado as terras houve por bem de conceder em nome de Sua Majestade ao dito Antonio Baião Lousada uma légua e meia de terras em o sítio que mora fronteiro à Capitania do Camutá que começa da boca do Rio Guajaráu correndo para cima à mão esquerda até o igarapé Guajarapanema por se acharem devolutas com declaração de que ficam distante 3 léguas da aldeia dos Aroaquizes e Poquizes, e não sendo assim ficarão devolutas para que as haja logre e as possua como coisa própria, tanto ele como todos os seus herdeiros, ascendentes e descendentes, sem pensão nem tributo mais que o dizimo a Deus nosso senhor dos frutos a que nelas tiver a qual concessão lhe faz não prejudicando a terceiros e reservando os paus reais que houver para embarcações e mandará confirmar esta carta por Sua Majestade dentro de 3 anos primeiros seguintes e cultivará as ditas terras de maneira que dará frutos outros e abrirá caminhos públicos e particulares onde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras e as demarcará ao tempo de posse por rumo de corda e braças craveiras, como é o estilo e Sua Majestade manda, aliás faltando a qualquer uma dessas cláusulas se haverão por devolutas e se dará a quem as pedir (...)”

Considerando o conteúdo da carta acima descrita, e a possibilidade de que Antonio Baião Lousada e Antonio Baião sejam a mesma pessoa (tendo em vista a coincidência de nomes, a residência na Capitania do Camutá e o período da carta), é provável que o município de Baião tenha se originado em um local e, posteriormente, em razão de circunstâncias não identificadas, teve sua localização alterada. Vale mencionar, inclusive, que tal prática, no Baixo-Tocantins, não era incomum, a exemplo de Cametá, que teve origem em uma região denominada Cameta-Tapera, cuja sede administrativa foi transferida, em 1713, para a atual localização onde se encontra a cidade.

Da mesma forma, Ângelo-Meneses (2000) apresenta o registro de uma carta de sesmaria doada a João da Silva Freitas, morador na Vila de Cametá, em 16 de outubro de 1732, que informa o seguinte:

“(...) à beira dos Rio dos Tocantins, no Rio chamado Coroa indo correndo para cima, à mão direita e achava sem dono meia légua de terras, sobras das demarcações de uma parte de Antonio Pereira da Silva, e de outra Francisco

³ ANTT - PT/TT/RGM/C/0006 - Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 6.

Gonçalves Villas, e no meio das tais demarcações se achavam as ditas sobras (...).”

Posteriormente, a referida sesmaria foi requerida por sua filha, Ignez Senhorinha da Silva⁴, moradora de Belém, cujas características seriam as seguintes:

“(...) uma légua de terra de comprido, e outra de centro que se achava devoluta no Rio Tabarice Riacho dos Tocantins a parte esquerda indo por ele acima começando a demarcação do marco que foi de Antonio Pereira até o marco que foi de Pascoal [fl.25] de Lima [contígua] aos marcos dos Religiosos de Nossa Senhora das Mercês, em cuja terra já o Pai da suplicante João da Silva de Frei [corroído] em sua vida havia fabricado o sitio a que chamam Maxy em que plantou bastante pés de cacau [ilegível] de mantimento e mais lavouras (...)”.

O sítio Maxy ou Maxi, de propriedade de João da Silva Freitas e, posteriormente, de Ignez Senhorinha, deu origem a atual cidade de Mocajuba. De acordo com Costa (2015), Mocajuba originou-se de um pequeno povoado denominado Maxi, situado no rio Tauaré (descrito nas cartas primeiramente como “Coroa” e, posteriormente, como “Tabarice”), porém, a partir de um determinado momento, o crescimento do povoado teria impulsionado a mudança da sede para um local, denominado Sítio Mocajuba, que apresentaria melhores condições geográficas por ser terreno de terra firme.

Conforme o mencionado acima, tanto Cametá quanto Mocajuba tiveram origem em um local, porém, se fixaram em outro a partir de um determinado momento, o que pode ter ocorrido em razão de questões políticas, econômicas, geográficas, dentre outras. É bastante provável que as mesmas circunstâncias tenham mediado a origem da sesmaria em uma região e a fixação do “Lugar de Baião” na região onde hoje se encontra a cidade. Esse fato pode ser corroborado a partir de correspondência encaminhada por Manoel Carlos da Silva ao Governador José de Napole Tello de Meneses, quase setenta anos depois, em 08 de julho de 1780⁵, onde é afirmado o seguinte:

Senhor, eu fui o fundador deste lugar por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Fernando da Costa de Ataíde Teive no ano de 1769 aos 30 dias de outubro. Procurei todos os meios do seu adiantamento na situação aprazível em que o estabelecesse, e chegado o tempo competente de carência de Diretor, se lhe pôs e lhe entreguei com cento e trinta e seis almas e o pasto espiritual era em uma capela da Fazenda de Juaba dos reverendos religiosos Mercedários em distância de uma maré de viagem em que assiste afetivamente um sacerdote. (Grifo nosso)

As cartas citadas permitem supor que o povoamento que daria origem à atual cidade de Baião se deu em um núcleo inicial situado mais próximo da Capitania de

⁴ Registro de Carta de Data Sesmarias passada a Ignez Senhorinha da Silva. Coleção ITERPA Sesmarias, Livro 10; doc. 025, fl. 24-v. Disponível em: http://www.rosepepe.com.br/hotsite_acervo/sesmarias/. Acesso em: 25 ago. 2024.

⁵ APEP, Cód. 214, doc. 259.

Cametá, especificamente nas imediações do rio Guajará e do igarapé Guajarapanema, onde Antônio Baião Lousada recebeu concessão de terras devolutas para cultivo. Esse núcleo primitivo, apesar de não corresponder ao local atual da sede de Baião, encontrava-se suficientemente próximo da Fazenda do Juaba — pertencente aos Mercedários — a ponto de permitir que os serviços religiosos fossem ali realizados, indicando uma articulação religiosa e administrativa com Cametá e suas redondezas.

A relação entre a posse da terra, o cultivo agrícola com uso de mão de obra escravizada e a estrutura eclesiástica disponível nas imediações sustenta a hipótese de que a formação de Baião pode ter tido início em um espaço territorial distinto, e só posteriormente foi transferido ou deslocado para sua posição atual, em processo condicionado por fatores como confusão territorial nos limites entre as sesmarias, posição geográfica e a necessidade de garantir o território contra incursões hostis.

Não sendo possível identificar, naquela região, nenhuma carta de sesmaria anterior a 1694 (marco temporal associado a carta de Antonio Baião) ou mesmo 1713 (marco temporal de Antonio Baião Lousada), tal fator pode ter contribuído para que o marco do sesmeiro perdurasse em toda a região acima de Cametá, como um dos principais pontos de referência, conforme se pode observar nas descrições presentes em cartas do mesmo período, como as de Antonio Teixeira Estoura⁶ e de João de Souza Moniz⁷, que mencionam diretamente o marco de Antonio Baião, embora seja possível inferir que os marcos citados em ambas as cartas estejam situados em regiões diferentes.

Além da hipótese de que o povoamento inicial se deu em região mais próxima de Cametá, a carta de Manuel Carlos também permite inferir que, no local onde Baião foi “oficialmente” fundada, em 30 de outubro de 1769, não existia anteriormente um núcleo consolidado de população ou estrutura administrativa. O próprio Manuel Carlos declara ter fundado o lugar por ordem do governador Fernando da Costa de Ataíde Teive e que, desde então, empenhou-se em seu adiantamento.

Sua menção ao número de “cento e trinta e seis almas” que reuniu, ao envio de uma relação geral de moradores, famílias e bens da igreja, bem como à carência de diretor e a dependência de assistência religiosa na capela dos Mercedários, reforça a ideia de que ele foi o principal articulador da formação do núcleo populacional. Tudo indica que o povoado surgiu por iniciativa dirigida, com arregimentação de moradores e

⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 13, Doc. 1232.

⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 24, Doc. 2241.

organização dos aspectos básicos da vida social, espiritual e econômica, o que corrobora a visão de Baião como um povoado fundado *ex nihilo*, a partir de uma ação estatal estratégica, e não como evolução de um povoamento pré-existente naquele ponto específico.

É nesse contexto que tem origem a primeira igreja de Baião. Manoel Marques de Mello, clérigo presbítero, em correspondência de 20 de abril de 1774⁸, informa que havia sido nomeado vigário interino da recém-criada paróquia de Baião por provisão do Bispo do Pará, Frei João Evangelista Pereira. Segundo o referido clérigo, até aquele momento o lugar não possuía igreja, de forma que o então diretor, João Pedro Marçal da Silva, ordenou “(...) uma atividade a erigir uma suficiente e decente capela para nela celebrar os santos divinos a qual concluiu em sete dias (...)”.

Essa informação é confirmada quando Manuel Carlos da Silva reassume o posto de diretor e envia a carta já mencionada anteriormente⁹, para o Governador José de Nápoles Tello de Meneses, informando o seguinte:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor José de Nápoles Tello de Meneses,
Aos pés de Vossa Excelência se põe este indigno e miserável súdito com a relação anual que devo remeter dos índios que dirijo neste lugar capazes de servi-lo como também a relação geral de todos os moradores e casas, famílias e idades e de tudo o mais que se acha neste lugar. Assim, mais a relação dos bens da igreja, a qual era boa se o lugar tivesse maiores possibilidades para a poder conservar com aquela decência precisa e juntamente sustentar a um pároco que bem a dirigisse. Senhor, eu fui o fundador deste lugar por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Fernando da Costa de Ataíde Teive no ano de 1769 aos 30 dias de outubro. Procurei todos os meios do seu adiantamento na situação aprazível em que o estabelecesse, e chegado o tempo competente de carência de Diretor, se lhe pôs e lhe entreguei com cento e trinta e seis almas e o pasto espiritual era em uma capela da Fazenda de Juaba dos reverendos religiosos Mercedários em distância de uma maré de viagem em que assiste afetivamente um sacerdote. Sempre se conservou até o meu antecessor, este, por suas amizades e vanglorias, sem possibilidade, requereu vigário próprio. Entrara, as desordens e os formigueiros a mexer e reinar que deram com tudo no mato e assim receber e criar segunda vez por ordem e provisão de 17 de maio de 1776 do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor João Pereira Caldas, antecessor de Vossa Excelência, e achei coberta de mato as casas caídas e derrotadas, somente com onze almas e com a diligência que pude, cheguei outra vez a 85 e a dois anos a esta parte, entrarão a reinar as mesmas desordens que me tem afugentado a diminuição que a relação mostra além de não poder tirar as almas que se recolheram uma segunda vez ao paganismo. Ainda conservo estas poucas por serem da minha criação, mais ainda assim estão a cada instante de um levante, por razão do já referido que calo por honestidade o que sente o coração. Só uma coisa digo que bem se podia sustentar este lugar, do pasto espiritual, como no seu principio e os 60 mil réis que a Fazenda real dá aplicar a outra obra pia que só assim cessarão as desordens, as ambições, as vanglórias e os orgulhos. E poderão com este sossego saírem para este seu estabelecimento 40 e tantas almas que tornaram para a antiga escuridão

⁸ APEP, Cód. 271, doc. 862.

⁹ APEP, Cód. 214, doc. 259.

referida e como o recolhimento destas, cuidarei a que se aumente a vinha do senhor e o serviço de sua majestade.

Deus prospere que com todas as felicidades a vida e saúde de Vossa excelência regendo-nos por todo o sempre descansado

Hoje lugar de Baião, 8 de julho de 1780.

Aos pés de Vossa Excelência humilde e súdito criado.

Manoel Carlos da Silva

No mesmo período, Manoel Carlos e o regente Manuel de Santiago assinam uma lista¹⁰ contendo a relação de todas as alfaías pertencentes à igreja de Baião, tendo essa, as seguintes peças:

Lugar de Baião

1º de julho de 1780

Relação das alfaías perntencentes a igreja

Orago o senhor Santo Antônio de vulto de altura 5 palmos com uma cruz de prata e diadema de latão

1 Santo Cristo com título de prata

1 Pedra d'ara com uma ponta quebrada

4 Toalhas de altar usadas

4 ditas para o para lavatório de algodão usadas

2 corporais com suas capas

1 Toalha de pano de lo. nova de altar

2 Alvas de bertanha já rôtas

1 Cordão velho

2 Amitos velhos

1 Sobreprele usada

1 capsula de chamalote branco e espaldar encarnado usada

2 Estolas uma encarnada e outra branca usada

1 Vêu branco de cobrir o cálice e 1 roxo

1 Frontal de damasco branco

1 dito roxo

2 Manipulos, roxo e branco

2 Capas de asperges de damasco branca e roxa

2 Bolsas de corporais de damasco branco e roxo usadas

1 Cálice com copo de prata e o pé de estanho

1 Colherinha de prata do dito Cálice

1 Patena de prata, que tudo eu Diretor trouxe da tesouraria

1 Âmbula de prata capa de chamalote branco

1 Sanguíneo

1 Par de galhetas de estanho com seu prato

1 Caixa de loiro de três palmos e meio onde se guardam os ditos trastes

1 bolsa de hóstias de folha de flandres

1 Caixinha dos santos óleos

O Diretor Manoel Carlos da Silva

Sinal do principal regente Manoel de Santiago (grifo nosso)

Duas informações importantes podem ser extraídas do rol acima mencionado: Em primeiro lugar, Santo Antônio era o padroeiro de Baião desde sua fundação, embora as circunstâncias que mediarão sua escolha sejam desconhecidas. Em segundo lugar, a igreja de Baião possui uma imagem de Santo Antônio que não é mais utilizada nas procissões religiosas em virtude de seu evidente desgaste natural, sendo bastante

¹⁰ APEP, Cód. 127, doc. 287.

provável que a imagem descrita na relação acima corresponda ao Santo Antônio atualmente preservado pela paróquia baionense, restando-lhe ainda a cruz de prata, porém, sem o diadema de latão.

Nesse caso, a imagem possui em torno de dois séculos e meio de existência, constituindo um patrimônio material ímpar, cuja preservação é essencial à memória da coletividade.

Imagem 1 - Imagem de Santo Antônio de Pádua que está em Baião desde o século XVIII



Fonte: Farcun (2018)

Outrossim, de acordo com as relações dos eclesiásticos seculares e regulares situados no Grão-Pará, Vicente Ferreira da Silva substituiu Manoel Marques na condição de clérigo de Baião, ficando no posto entre 1775 a 1777^{11 12 13}, com José Caetano Ferreira assumindo o lugar de pároco a partir de 1778^{14 15}.

UMA NOVA MATRIZ PARA SANTO ANTÔNIO

Tendo em vista todos os elementos já apresentados, acredita-se que Manuel Carlos da Silva assentou a fundação do lugar onde hoje se situa a atual praça João Cândio ou praça do “Parque”. No passado, conforme menciona Leal (1895), o referido logradouro possuía o nome de “Largo da matriz” em razão de abrigar a igreja original,

¹¹ Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, Doc. 6405.

¹² Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, Doc. 6535.

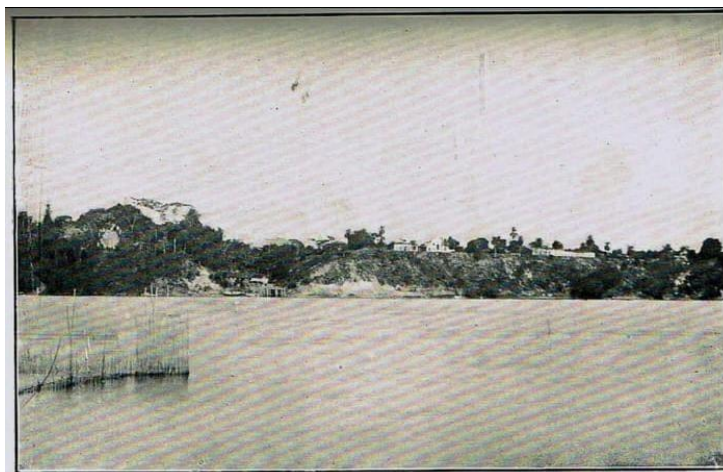
¹³ Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_013, Cx. 82, Doc. 6718.

¹⁴ Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_013, Cx. 84, Doc. 6924.

¹⁵ Projeto Resgate, AHU_ACL_CU_013, Cx. 85, Doc. 6940

provavelmente aquela já mencionada, construída no final do século XVIII, em homenagem ao padroeiro da cidade.

Imagem 2 - Vista do "Largo da matriz" a partir do Rio Tocantins

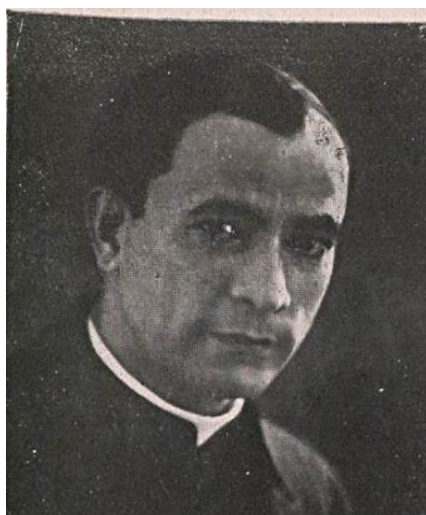


Fonte: Moura (1910)

No entanto, essa igreja matriz viria a desabar em novembro de 1917 durante a realização de uma missa celebrada pelo Padre José Cupertino Contente (imagem abaixo). Conforme notícia relatada pelo “jornal do comércio”, de 24 de novembro de 1917¹⁶, no momento da celebração, a nave principal do templo (uma das naves laterais já havia desabado no inverno do ano anterior) teria desabado por completo e, embora não tenha havido mortes, várias pessoas teriam ficado gravemente feridas, como foi o caso de Augusto Peixoto, Maria Oliveira e da filha do então intendente de Baião, Ermita Mesquita de Brito.

Imagem 3 - Padre Cupertino Contente (1893 - 1977)

¹⁶ Hemeroteca digital - Jornal do comércio, Manaus, 24 de novembro de 1917. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=igreja%20matriz%20bai%C3%A3o&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23815.



Fonte: Revista Excelsior (RJ) - outubro de 1933

Diante disso, ainda durante o governo do intendente Benedicto Jose de Mesquita, a população baionense promoveu uma subscrição para a reconstrução da igreja¹⁷. O local escolhido para receber o novo templo já tinha sido utilizado, em meados da década de 60 do século XIX, para a construção de uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, entretanto, em decorrência de ação liderada pelo grupo político do Coronel José Antônio Corrêa Seixas, o referido templo havia sido depredado e destruído¹⁸. Nesse sentido, Leal (1895), ao transitar por Baião, em torno de 30 anos depois, descreve que, “(...) da igreja do Rosário, restavam apenas as ruínas”.

Embora não tenha sido possível identificar as condições e/ou circunstâncias que mediarão a escolha do local para situar a nova igreja matriz, alguns elementos podem fornecer indícios que tenham sido determinantes para tal decisão: a) a sede da intendência municipal, atualmente conhecida por “Casarão dos Seixas” ou “Prefeitura velha”, construída no final do século XIX, estava situada naquela região; b) O principal porto e rampa de acesso à cidade, também construídos no final do século XIX, situavam-se na mesma região¹⁹; c) é possível que o local reunisse melhores condições

¹⁷ Hemeroteca digital - Jornal do comércio, Manaus, 19 de dezembro de 1917. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=benedicto%20mesquita%20bai%C3%A3o&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23915>.

¹⁸ Hemeroteca digital - O Liberal do Pará, de 23 de junho de 1872. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&Pesq=rozario%20%22correa%20seixas%22&pagfis=289>>

¹⁹ Hemeroteca digital - Folha do Norte, 11 de setembro de 1896. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101575&pesq=necrologia%20bai%C3%A3o&hf=mem.ori.a.bn.br&pagfis=984>>

técnicas para suportar uma construção de grande porte do que a região da igreja original que ficava muito próxima à ladeira que margeia o rio.

Assim, a construção da nova igreja foi empreendida na então praça Augusto Montenegro (anteriormente, Largo do Rosário), atualmente, praça Santo Antônio. De acordo com Matos (2017, p. 247), o arquiteto responsável pelo projeto, de influência neogótica, foi José Sidrim, apresentando “(...) uma sugestão de maior recolhimento, os vãos de acessos laterais e principal estão fechados por esquadrias de madeira”. O desenho da elevação principal da igreja que, segundo Matos (2017), teria sido feito na década de 20, pode ser identificado na imagem abaixo:

Imagem 4 - Elevação principal da igreja de Santo Antônio em Baião



Fonte: Matos (2017)

A atual igreja foi inaugurada no ano de 1922, tendo completado, em 2022, o centenário de sua construção, conforme informação disponível no sítio eletrônico da Prefeitura municipal²⁰.

²⁰ Disponível em: <<https://baião.pa.gov.br/o-municipio/turismo-e-lazer/>>. Acesso em: 03 jan 2025.

Imagem 5 - Fachada atual da igreja matriz



Fonte: Acervo pessoal (2024)

De acordo com Matos (2017), além da Igreja de Santo Antônio em Baião, José Sidrim também foi o arquiteto responsável pela igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira do Arari, em um trabalho datado de 29 de maio de 1917, sendo, estes dois templos, os únicos projetados pelo referido arquiteto para cidades do interior do Estado do Pará.

“NÓS CANTAMOS SEUS LOUVORES”

Em Baião, a devoção e religiosidade durante o mês de junho provavelmente não teve início com o Círio de Santo Antônio de Pádua. Ao que tudo indica, até o século XIX, a festividade do Divino Espírito Santo consistia a principal expressão de fé da população baionense. Em notícia de 23 de junho de 1871, o periódico “O Liberal do Pará” informava o seguinte:

“(...) Exm. sr. Bispo, se bem que talvez não tenhamos para com v. exc. merecimento algum, todavia pedimos-lhe por intermédio desta, que tome sobre si os nossos justos reclamos, e que attenda à não pequena distancia que medeia entre Mocajuba e esta villa, pelo que se torna muito oneroso ao digno vigário d'aquella freguezia, a vir acudir-nos sempre que d'elle necessitamos, o que conhecemos que o faz com grande sacrificio seu, tendo somente em vista o bom desempenho de seu sagrado ministério, e o engrandecimento da nossa santa religião. Se, porventura, exm. sr. há quem nesta villa não deseje ter junto de si um ministro de Christo, não passará de dous ou três individuos, cujos sentimentos cifrão-se em não querer ter quem vá de encontro aos seus desmandos e escândalos. Confiamos muito desta vez sermos attendido.

No dia 11 do corrente terminou nesta villa a festa do Divino Espírito Santo, que por falta de padre foi transferida para então. Fez a festa o vigário que acima referimos, o qual ainda uma vez da tribuna sagrada, mostrou dogmaticamente aos fieis que em grande número se achavão reunidos na casa de Deos, os mistérios do

Divino Espírito Santo. O encarregado da festividade, foi o tenente Domingos da Silva Porto, que desta vez deu mais uma prova dos sentimentos religiosos que o caracterizam. A igreja todas as noites achava-se decentemente iluminada, e a concorrência dos devotos foi sempre ilimitada. Não houve banquete e nem baile, pelo que alguns não ficaram muito satisfeitos, e por essa falta ficou o sr. Porto tido, para com eles, em conta de mau festeiro!”

O culto do Espírito Santo consiste em homenagem que teria se originado ainda durante a Antiguidade, associada à Festa de Pentecostes, cujo período ocorre cinquenta dias após a Páscoa, marcando o término da colheita do trigo, isto é, relacionando-se às primitivas festividades da colheita. Nesse sentido, Sousa (2013) destaca que a celebração de Pentecostes, descrita no Novo Testamento e marcada no calendário cristão, teria origem em cultos pagãos cananeus relacionados, sobretudo, à terra e a colheita dos cereais.

Assim, a manifestação religiosa também se traduzia em expressões “comunitárias de regozijo e alegria”, sob o formato de procissões que reuniam pessoas cantando e dançando, como sinal de partilha e compromisso, combinando, simultaneamente, características cristãs e ritos pagãos, o que evidenciaria uma prática cristã de “batizar” ritos e crenças populares ao invés de desfazê-las, o que induz a uma forma de legitimação da liturgia cristã (MATA, 2000; SOUZA, 2013).

Maia (2004) explica que a festa do Divino Espírito Santo, no Brasil, tem início ainda durante o período colonial, contudo, a devoção teria se consolidado na passagem do século XVIII para o XIX, tornando-se bastante popular durante esse período o que teria impulsionado José Bonifácio a sugerir para Dom Pedro a adoção do título de “Imperador” ao invés de “Rei”, cuja designação seria mais habitual para a população por sua associação com a figura do “Imperador” presente na festividade do Divino.

Além disso, tendo em vista o caráter cultural da manifestação, o culto ao Divino teria adquirido, ao longo dos anos, suas próprias particularidades e características em cada região na qual era celebrada, porém, deixando marcado, de modo geral, sua associação à corte imperial (ênfatizando a figura de Dom Pedro II). Desse modo, a representação da nobreza portuguesa era atravessada por uma infinidade de “eventos religiosos, festivos e econômicos”, dentre os quais, poderiam ser citadas as celebrações de derrubada e bençãos de barcos, celebrações das bandeiras, bençãos das casas, congada, cana verde, dança dos tangarás, dentre outras, e cujos rituais ficavam registrados na memória individual e coletiva (NASCIMENTO; SOUSA, 2020; CACHIONI; CAMARGO, 2017).

Com base nisso, foi possível identificar, em notícia de 28 de maio de 1867²¹, que o Vice-Presidente da província, através de Ofício dirigido ao Comando de armas, determinou que fosse organizada uma “(...) guarda de honra com muzica (...)” durante a peregrinação que a Coroa do Divino Espírito Santo do Império Real iria fazer entre as igrejas de Santa Anna, no bairro da Campina, e a Catedral de Belém, nos dias 30 de maio e 09 de junho do supramencionado ano. Da mesma forma, o Vice-Presidente da Província, em notícia de 02 de junho de 1867²², comunicou ao Comando Superior de Cametá sobre a dispensa a ser concedida aos guardas nacionais que acompanharam gratuitamente a Coroa do Divino Espírito Santo durante as peregrinações por aquela cidade.

Com o fim do regime imperial, a festividade do Divino foi deixando de ocorrer em diversas localidades. No caso de Baião, é possível que essa tradição tenha desaparecido também na transição do século XIX para o século XX, momento em que o Círio de Santo Antônio pode ter assumido a condição de protagonismo. Mesmo assim, é provável que muitos dos ritos e costumes utilizados nas festas do Divino em Baião tenham sido incorporados à romaria em homenagem à Santo Antônio, a exemplo de comidas típicas, banda de música e, talvez, a peregrinação.

Nesse ponto, vale destacar a participação da tradicional banda de fanfarra “Rabelo Nogueira” nesse ato de fé. De acordo com as informações colhidas durante pesquisa de campo, identificou-se que a banda passou a ser nomeada assim a partir de 1978, em homenagem a um dos principais mestres de cultura popular da história baionense: Raimundo Rabelo Nogueira.

²¹ Hemeroteca Digital - Jornal do Pará, 28 de maio de 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=219339&pesq=%22divino%20espírito%20santo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=478>>.

²² Hemeroteca Digital - Jornal do Pará, 02 de junho de 1867. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=219339&pesq=%22divino%20espírito%20santo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=494>>.

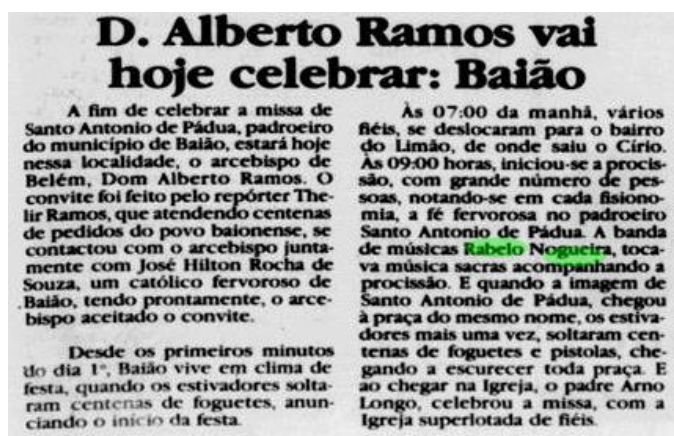
Imagem 6 - Banda "Rabelo Nogueira"



FONTE: Acervo pessoal da Banda “Rabelo Nogueira”

Não se sabe ao certo quando a banda foi introduzida no âmbito da romaria, porém, sua participação constitui um dos elementos fundamentais da tradição, marcando o ritmo da peregrinação e orientando a harmonia das canções entoadas ao longo do percurso:

Imagem 7 - Banda "Rabelo Nogueira" no Círio de 1989



FONTE: O Diário do Pará - junho de 1989

Dentre os cânticos entoados durante a procissão, e acompanhados pela banda, destaca-se o hino “Nova Aurora”, de autoria desconhecida, cuja composição é a seguinte:

“Nova aurora desfaz-se em aragem/Em Coimbra de luz matinal/Em prenúncio de grande homenagem/Ao patrono dos Santos fanal

Estrilho

Santo Antônio padroeiro/Em afeto e expansão/Nós cantamos em louvores/Almejando o coração

No jardim muitas flores colhemos/Para o nosso padroeiro ofertar/E tecendo mimosas grinaldas/Para seu trono adornar”

Souza Neto (2024), ao realizar uma análise linguística do referido hino religioso, concluiu o seguinte:

“(...) percebemos uma riqueza poética que transcende a simples composição musical, estabelecendo um diálogo entre a devoção e a expressão artística. Dentre os elementos que compõem o contexto linguístico, destacam-se:

A escolha da linguagem poética, marcada por metáforas como "nova aurora" e "Coimbra de luz matinal", proporciona uma dimensão semântica que vai além do significado literal, enriquecendo o texto com simbolismos e imagens sugestivas.

A utilização de termos como "grande homenagem" e "patrono dos Santos fanal" incorpora um tom solene ao hino, ressaltando a importância e a reverência atribuídas a Santo Antônio.

Em relação aos contextos históricos e culturais, o hino estabelece uma conexão direta com o contexto cultural e histórico de Baião-PA ao mencionar o ato de "colher muitas flores" e "tecer mimosas grinaldas". Essas práticas sugerem rituais culturais específicos da região, integrando elementos locais à devoção a Santo Antônio.”

Mesmo assim, chama a atenção o fato de que o hino, em momento algum, menciona o município ou qualquer característica da região, ressaltando, por outro lado, a cidade de Coimbra, em Portugal, o que pode indicar, considerando sua origem incerta, uma autoria estrangeira. Contudo, é importante mencionar que não foi possível identificar o uso da referida composição em nenhum outro local ou circunstância, evidenciando que a canção pode se tratar de um hino exclusivo do Círio de Baião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A devoção a Santo Antônio de Pádua no município de Baião representa uma expressiva manifestação cultural que combina elementos materiais e imateriais de um patrimônio vivo que transcende uma infinidade de gerações. A festividade, os rituais religiosos, as narrativas orais, os objetos sacros, além de tradições já desaparecidas ou incorporadas a novas tradições, o que podem revelar um profundo enraizamento nas dinâmicas sociais daquela região.

Como demonstrado ao longo desta pesquisa, todos os ritos, liturgias, expressões de fé e demonstrações artístico-culturais associados a Santo Antônio possuem décadas ou até mesmo séculos de existência, produzindo um arcabouço patrimonial de valor inestimável para toda a coletividade. A proteção desses “lugares de memória”, na atualidade, constitui um mecanismo essencial diante da investida predatória do agronegócio.

Diante disso, o recurso aos estudos históricos, na construção da diacronia sobre um evento-lugar, constitui ferramenta importante para a salvaguarda do patrimônio, abrangendo o fortalecimento dos laços comunitários e o respeito às memórias e saberes locais. Nesse sentido, é imprescindível que a população baionense assuma uma papel de protagonismo no processo de preservação, garantindo que a devoção a Santo Antônio permaneça viva e significativa, reafirmando sua importância como um elemento essencial da identidade cultural da região.

Os elementos religiosos se tornam, portanto, mais do que a vivência da fé, pois funcionam como elemento de agregação e congregação social, reforço às identidades e lugares da memória. Não é apenas um templo erguido e reerguido entre o fim do século XVIII e começo do XX, mas um espaço de referência para a região onde se localiza o município de Baião, no Pará.

O recurso à diacronia, nos leva a caminhos de percepção sobre o sagrado enquanto vivência coletiva que vai se agregando às identidades, à medida que ocupa lugares nas memórias coletivas e individuais e também pelos significados que vai adquirindo ao longo dos anos. A passagem dos séculos renova e consolida crenças, sociabilidades, experiências de fé e sentimentos de pertencimento à práticas religiosas, mas também ao lugar que é plural e polissêmico. O olhar para o sagrado é um olhar para o coletivo de Baião, que transcende até mesmo ao universo de crenças de diferentes sujeitos, pois carrega em si a expectativa das festividades, dos espaços de encontros e desencontros e de congregação da população da cidade e da região do Baixo Tocantins, no estado do Pará.

REFERENCIAS

ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Cartas de Datas de Sesmarias: uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do Vale do Tocantins Colonial. **Papers do NAEA**, 9 (1), 1-106, 2000.

CACHIONI, Marcelo; CAMARGO, Fernando Monteiro. A Festa do Divino Espírito Santo de Piracicaba: Patrimônio Imaterial e paisagem Cultural. In: **I Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural**, Cuiabá, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, Mário. Museologia e Práticas Sociais. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, vol. 37, 2009.

COSTA, Maria Sebastiana da Silva. Análise acústica da relação acento versus entoação no português falado em Mocajuba: contribuições para o Projeto Amper-Norte. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2015.

LEAL, Óscar. **Viagem a um País de Selvagens**. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1895.

MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia**: Valle do Tocantins. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

MAIA, Carlos Eduardo S. Vox populi vox dei! A romanização e as reformas das "festas de santo" (implicações nas práticas espaciais das festas do divino espírito santo e do divino pai eterno de goiás). **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, N. 17-18, P. 89-106, jan./dez., 2004.

MATA, Luis Antônio Santos Nunes. Ser, ter e poder: o hospital do Espírito Santo nos finais da Idade Média. **Coleção História e Arte**. Número 5. Magno Edições & Câmara Municipal de Santarém: Leiria, 2000. p. 21- 33.

MATOS, Ana Lea Nassar. José Sidrim (1881-1969): um capítulo da biografia de Belém. 2017. 344 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.

NASCIMENTO, Ilana Maria Izaias; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. Memória e representação de D. Pedro II e sua corte imperial na festa do Divino Espírito Santo em

Alcântara/MA. In: **Cultura, educação, memória e saberes**, 99–108. Navegando Publicações, 2020. <http://dx.doi.org/10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.99-108>.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Revista Projetos Históricos, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

PRIÔRE, Mary Del. **Religião e Religiosidade na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUSA, Poliana Macedo de. Festas do Divino Espírito Santo em Portugal e Além-mar. **Revista Mosaico**, v. 6, n. 1, p. 107-119, jan./jul. 2013.

SOUZA NETO, Aloisio Lemos M. de. Santo Antônio de Pádua: Aspectos histórico-cultural e linguístico do hino “nova aurora” Composto no município de Baião-PA. 2024. 24 f. Monografia (Graduação em letras) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Tocantins-Cametá, Cametá, 2024.

Recebido em: 20 de abril de 2025.

Publicado em: 01 de julho de 2025.

Autoria:

Autor 1

Nome: Iná Camila Ramos Favacho de Miranda

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail:

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0012-0585>

País: Brasil

Autor 2

Nome: Cesar Martins de Souza

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: cesar@ufpa.br

País: Brasil